

# A soberania alimentar como parte dos contra-espços do Brasil contemporâneo

Food sovereignty as part of the counter-spaces of contemporary Brazil

La soberanía alimentaria como parte de los contraespacios del Brasil contemporâneo

Estevan Coca – [estavan.coca@unifal-mg.edu.br](mailto:estavan.coca@unifal-mg.edu.br)

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG

Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-9424-9699>

## Resumo

O objetivo desse artigo é discutir a produção de contra-espços no Brasil contemporâneo. Toma-se o exemplo da soberania alimentar, que está alicerçada na compreensão de que cada povo deve controlar o seu processo de alimentação. No Brasil, a soberania alimentar tem sido implementada por meio de iniciativas de movimentos camponeses e grupos de consumidores, além da efetivação de políticas públicas de cunho emancipatório, principalmente as que se direcionam aos mercados institucionais. Para essa discussão foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: i) consulta a materiais acadêmicos e/ou institucionais sobre os temas debatidos; ii) realização de pesquisas de campo em unidades de produção camponesas e canais de comercialização de alimentos, onde se adotou a técnica de observação participante e; iii) sistematização de dados e informações por meio do software Atlas.ti. Constatou-se que, apesar de a soberania alimentar ainda não se desenvolver de modo estrutural no Brasil atual, ela tem sido responsável pela produção de contra-espços no campo e na cidade onde se presencia dinâmicas que vão além da mercantilização do alimento, que é uma característica do modelo de globalização neoliberal.

**Palavras-chave:** Soberania alimentar, sistemas agroalimentares, campesinato, contra-espços, Brasil.

## Abstract

This paper aims to discuss the production of counter spaces in contemporary Brazil. One example is food sovereignty, which is based on the understanding that all people must control their feeding process. In Brazil, food sovereignty has been implemented through initiatives of peasant movements and consumer groups, in addition to the implementation of emancipatory public policies, especially those directed to institutional markets. For this discussion the following methodological procedures were used: i) academic and/or institutional sources on the discussed subjects were consulted; ii) fieldwork in peasant production units and food marketing channels, where was carried out through participant observation technique; iii) the resulting data and findings was systematized with the software Atlas.ti. It was observed that, although to this date food sovereignty still does not structurally develop in Brazil, it has been responsible for the production of counter spaces in the countryside and in the city where there are dynamics that go beyond the commercialization of the food characteristic of the model of neoliberal globalization.

**Key words:** Food sovereignty, food systems, peasantry, counter spaces, Brazil.

## Resumen

El objetivo de este artículo es discutir la producción de contraespacios en el Brasil contemporáneo. Tomemos el ejemplo de la soberanía alimentaria, que se basa en el entendimiento de que cada pueblo debe controlar su proceso alimentario. En Brasil, la soberanía alimentaria ha sido implementada a través de iniciativas de movimientos campesinos y grupos de consumidores, además de implementar políticas públicas de carácter emancipador, especialmente aquellas dirigidas a los mercados institucionales. Para esta discusión se utilizaron los siguientes procedimientos metodológicos: i) consulta de materiales académicos y/o institucionales sobre los temas tratados; ii) la realización de investigaciones de campo en unidades de producción campesina y canales de comercialización de alimentos, donde se adoptó la técnica de observación participante; iii) sistematización de datos e información a través del software Atlas.ti. Se constató que, si bien la soberanía alimentaria aún no se ha desarrollado de forma estructural en el Brasil actual, sí ha sido responsable por la producción de contraespacios en el campo y en la ciudad, donde se dan dinámicas que van más allá de la mercantilización de los alimentos, que es una característica del modelo de globalización neoliberal.

**Palavras-chave:** Soberanía alimentaria, Sistemas agroalimentarios, Campesinado, Contraespacios, Brasil.

Recebido em: 29/04/2022  
Aceito: 10/05/2022  
Publicado em: 14/06/2022

## Introdução

No Brasil, historicamente a relação terra-poder-território tem sido formatada de acordo com os interesses de grupos hegemônicos (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012; MOREIRA, 2011; ROBLES, 2001), o que faz com que em pleno século XXI, esse país possua uma das maiores concentrações fundiárias do mundo (BRENT et al., 2017; GIRARDI, 2008; OXFAM, 2016; PAULINO, 2014). Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira é caracterizada por profundas desigualdades socioeconômicas, o que repercute numa expressiva concentração de renda (PNUD, 2013) e na persistência da fome, especialmente no Norte e no Nordeste do país (IBGE, 2014). Apesar de nos primeiros anos do século XXI, políticas de cunho neodesenvolvimentista adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) terem contribuído para uma considerável redução da desigualdade social entre a população brasileira (SADER, 2013), a recente opção de reinserção plena da dinâmica neoliberal e a não superação da crise econômica são elementos que indicam um possível processo de volta do crescimento da pobreza e da miséria. Esses elementos reforçam a importância de se discutir a produção de contra-espacos no Brasil contemporâneo, os quais são aqui entendidos como arranjos espaciais que vão no sentido contrário aos das forças hegemônicas que atuam na organização do território do país (MOREIRA, 2011).

Considerando a relevância que o alimento possui para o entendimento sobre como as sociedades organizam o espaço (SONNINO, 2010) ao mesmo tempo em que elas próprias se organizam, a opção desse artigo é discutir ações de soberania alimentar no Brasil como dinâmicas que contribuem para o rompimento com o modelo hegemônico que configura a relação terra-poder-território no país. A soberania alimentar é definida como o direito e o dever de cada povo controlar seu próprio processo de alimentação, priorizando camponeses e indígenas como fornecedores de alimentos, além de enfatizar fatores correlatos com a produção sob bases sustentáveis, a questão de gênero e permanência da juventude no campo (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007; WITTMAN, 2011). Sendo assim, a ocorrência da soberania alimentar exige ir além da hegemonia do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo (COCA, 2016a), repercutindo no controle da terra e dos demais componentes do sistema agroalimentar (ANDRÉE et al., 2014; DESMARAIS, 2015; FAIRBAIRN, 2012; SCHANBACHER, 2013).

Primeiramente, são apresentados os materiais e métodos que foram utilizados na construção desse trabalho. Em seguida, são destacados os principais resultados e discussões por meio de três momentos: i) produção de arranjos espaciais na história brasileira; ii) os contra-espacos como contestação aos arranjos espaciais hegemônicos e; iii) exemplos de contra-espacos contemporâneos gerados pela soberania alimentar no Brasil.

Dentre as principais conclusões, percebe-se que mesmo que a soberania alimentar esteja sendo implementada no Brasil por meio de ações pontuais, não fazendo parte de um processo de mudança estrutural, ela pode ser lida como responsável pela existência de contra-espacos que fogem das dinâmicas hegemônicas da organização do território. Isso pode ser percebido por meio de exemplos como a produção sob bases agroecológicas, o comércio solidário, a criação de mercados alternativos entre outros etc.

## Metodologia

Os resultados apresentados nesse trabalho são oriundos de um conjunto de pesquisas nacionais e internacionais das quais o autor tem participado desde 2013 até o presente, sendo que em todas existe o objetivo comum de se compreender as estratégias de implementação da soberania alimentar. Sendo assim, nessa parte são sintetizados os materiais e métodos oriundos dessas pesquisas que foram organizados para a composição da discussão aqui realizada.

Num primeiro momento, a pesquisa desenvolveu-se por meio de um levantamento bibliográfico e documental com o intuito de estabelecer subsídios para as discussões propostas.

Para o entendimento da relação terra-poder-território no Brasil foi de grande relevância a análise do trabalho de Moreira (2011), onde além de uma leitura sobre os arranjos espaciais hegemônicos produzidos na história brasileira desde a invasão dos territórios indígenas pelos portugueses, também são destacados os principais contra-espços. Nesse sentido, para a pesquisa foi de grande valia a compreensão de que os principais contra-espços brasileiros na atualidade se dão por meio da ação de movimentos e comunidades contra o agronegócio e da emergência de economias de base solidária (MOREIRA, 2011). Isso possibilitou a leitura da soberania alimentar como parte do processo de resistência contra a hegemonia neoliberal que se manifesta através do rentismo agroindustrial e da privatização do território, ambos sob liderança do poder corporativo e a subserviência do Estado.

Para a análise da soberania alimentar foram pesquisados trabalhos que visam dar conta de explicar o seu caráter alternativo tanto no campo, por meio do protagonismo dos movimentos camponeses (por exemplo: CLAEYS, 2013; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014; McMICHAEL, 2015; ROSSET, 2009; SNIPSTAL, 2015) como nas cidades, por meio de ações de economia de base solidária (por exemplo: De SCHUTTER, 2015; ROMAN-ALCALÁ, 2015; SCHANBACHER, 2013; SCHIAVONI, 2009).

No que se refere aos materiais de cunho institucional, foram analisados dois tipos: i) produzidos por movimentos ou organizações relacionados à temática da soberania alimentar (por exemplo: CPI-SP; MAB; MST, 2014; FORUM DO FOOD SOVEREIGNTY, 2007) e; ii) produzidos por órgãos multilaterais ou vinculados ao Governo Federal brasileiro (FAO, 2015; MDS, 2013). Isso permitiu a compreensão da soberania alimentar como proposição e como medida efetivas.

Esses materiais foram organizados no software de referenciamento bibliográfico Mendeley por meio das seguintes categorias: arranjos espaciais brasileiros, contra-espços, soberania alimentar no mundo e soberania alimentar no Brasil. Tal fato contribuiu para posteriores consultas e análises.

Os trabalhos de campo foram entendidos como um momento fundamental para a efetivação da pesquisa, todavia, não desconexos da teoria (AB'SABER, 2007; ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006), indo além da perspectiva empirista e entendendo a importância de articular ideia e matéria na produção do conhecimento geográfico (MOREIRA, 2007). Nesse sentido, buscou-se compreender como a leitura dos contra-espços no Brasil contemporâneo e da dinâmica de implementação da soberania alimentar se relacionavam com os espços e sujeitos pesquisados. Para tal, partiu-se do princípio de que em

pesquisas de caráter qualitativo em Geografia, como é o caso dessa, a ênfase no sujeito é de fundamental importância para se compreender a produção do espaço (TURRA NETO, 2012).

Priorizou-se dois tipos de espaço para a efetivação dos trabalhos de campo: unidades de produção camponesas e seus respectivos canais de comercialização de economia de base solidária. O critério de escolha foi o vínculo com a coalizão internacional de movimentos camponeses La Via Campesina, que é a principal referência na discussão da soberania alimentar em escala global e que no Brasil é representada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Nesses termos, foram visitadas dezenas de assentamentos rurais e outras unidades de produção camponesas onde se desenvolvem práticas agroecológicas de produção e os respectivos canais de comercialização desses produtos no sudoeste e norte do estado do Paraná, no oeste do estado de São Paulo e no sul do estado de Minas Gerais.

Nesses trabalhos de campo, a observação participante foi adotada como técnica de pesquisa, considerando os seguintes elementos sugeridos por Foote-White (2004): i) negociação do envolvimento do pesquisador com os pesquisados para o desenvolvimento da pesquisa; ii) observação como outsider das articulações que se dão entre os pesquisados para efetivação dos processos estudados; iii) utilização de todos os sentidos (visão, audição, paladar, olfato e tato) por parte do pesquisador para a compreensão da organização da comunidade; iv) preenchimento de caderneta de anotações para acompanhamento dos processos mais importantes e; v) justificativa perante a comunidade dos possíveis resultados da pesquisa.

De tal modo, nas unidades de produção camponesas foram observados fatores como técnicas de produção, destino dos produtos, relações de trabalho e dinâmicas de gênero. Nos canais de comercialização, os elementos analisados foram: perfil e motivação dos consumidores, tipos de produtos comercializados, relação com atravessadores e visão dos comerciantes da importância da agricultura sob bases agroecológicas.

Para análise das informações foi utilizado o software Atlas.ti. Essas informações foram organizadas nos seguintes códigos centrais: produção, comercialização e consumo. Após isso, foram elaboradas nuvens conceituais que contribuíram para a análise proposta. Os processos estudados foram analisados com base nas colocações de Turra Neto (2012) sobre as pesquisas qualitativas. Assim, deu-se ênfase à descrição densa dos elementos em questão, enfatizando os processos, negociações, articulações, desvios etc. Foi possível construir uma narrativa sobre a contribuição que as experiências estudadas trazem para a construção de contra-espacos num contexto em que no Brasil predomina o rentismo agroindustrial e a privatização do território.

## Resultados e discussão

Na sociedade capitalista, as formações espaciais expressam a forma como uma sociedade se organiza espacialmente no tempo (MOREIRA, 2014). Entendê-las requer considerar as relações de poder que são efetivadas no espaço pelos grupos e sujeitos, fato que não se dá de modo homogêneo, mas sim, repleto de conflitos. Por isso, faz-se importante também levar em consideração os contra-espacos, que são articulações espaciais que funcionam como resistência às dinâmicas hegemônicas (MOREIRA, 2011). Por mais que muitas vezes os contra-espacos tenham a conquista da terra como objetivo central, eles não devem ser entendidos somente por meio da sua materialidade, pois também se manifestam no espaço imaterial. Sob tal compreensão, na sequência são destacados os principais arranjos espaciais produzidos no Brasil, os seus respectivos contra-espacos e uma discussão sobre a soberania alimentar como parte dos contra-espacos no Brasil contemporâneo.

### **Os arranjos espaciais hegemônicos da sociedade brasileira no tempo**

O entendimento da formação espacial brasileira deve passar pela compreensão da invasão portuguesa nos territórios indígenas, o que Fernandes (2001) entende como princípio da luta pela terra no Brasil. De acordo com Moreira (2011), foram dois processos que se desenvolveram nesse período: o primeiro foi desencadeado pelos bandeirantes, ocasionando a desterritorialização dos indígenas e o segundo, foi efetivado pelos jesuítas, quando houve a realocação dos indígenas, confinando-os em pequenos espacos.

Esse modelo de ocupação do território foi normatizado pelas sesmarias, que foram organizadas com base nas fazendas de gado (povoamento do interior) e nas lavouras (povoamento do litoral). Em razão disso, durante o período Colonial (1500-1815) as relações de poder no Brasil gravitaram em torno da grande propriedade rural. Tal fato foi rompido apenas brevemente com o ciclo de exploração de minerais, quando pequenos centros urbanos em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso ganharam destaque (MOREIRA, 2011).

No período Imperial (1822-1889), a Lei de Terras surgiu como um novo elemento na relação terra-poder-território no Brasil. Num contexto que antecedeu a abolição da escravidão, ela determinou que de 1850, em diante, as terras só poderiam ser adquiridas por meio da compra (FELICIANO, 2009; LEITE, 1998). Não à toa, Martins (1986) defende que na medida em que o homem (escravo) se tornava livre, a terra se tornava mercadoria, tendo, a partir de então, sua posse mediada pelo dinheiro, o que funcionava como mecanismo de manutenção do status quo na sociedade brasileira.

No período da primeira República (1889-1930), a cidade foi definida como a sede do município. Nesse contexto, aos poucos, o Brasil vai se configurando como um país industrializado (OLIVEIRA, 1987). Todavia, o caso brasileiro assume uma característica particular na medida em que o fazendeiro se transforma no industrial. Em outros termos, a centralidade do poder sai do campo e vai para a cidade, ela deixa de ser agrária e se torna industrial, porém, os sujeitos detentores do poder são os mesmos (MARTINS, 1995).

No que se refere à organização do território, a industrialização também trouxe consideráveis mudanças. No período imperial, o Brasil se caracteriza por

possuir um conjunto de ilhas econômicas com fracos vínculos entre si (OLIVEIRA, 1987). Essas ilhas econômicas possuíam maior vínculo com o exterior, por meio do comércio de bens primários, do que com outras partes do próprio Brasil. Contudo, o processo de industrialização modificou esse fato, pois ele se deu com base na centralidade do Sudeste, especialmente do estado de São Paulo (CANO, 1981). Isso fez com que o Brasil deixasse de possuir economias regionais nacionalmente organizadas e passasse a ter uma economia nacional regionalmente organizada (OLIVEIRA, 1987).

Nas décadas de 1970 e 1980, a concentração industrial em São Paulo exige ser compreendida de modo relativizado. Isso porque, por mais que a produção industrial na capital paulista não diminua, os empregos industriais se tornam menos significantes (CAMPOLINA DINIZ; CAMPOLINA, 2007). Ao mesmo tempo, emerge uma grande quantidade de plantas industriais num polígono que envolve parte do Sudeste e do Sul do país (CAMPOLINA DINIZ, 1993). Conforme Moreira (2011), pode-se compreender por meio disso a transição de um processo de extração da mais valia relativa para um processo de extração da mais valia absoluta. Também nesse período, o Brasil se insere na dinâmica da “Revolução Verde”, que consistiu na motomecanização do campo e na adoção de pacotes de insumos químicos com o intuito de otimizar a produção agrícola (MARSHALL; PERKINS, 1997).

Na atualidade, como parte dos efeitos da globalização neoliberal, a relação terra-poder-território no Brasil ganha novos contornos, pois reverberando uma tendência presente em muitas outras formações espaciais, o poder centralizador do Estado muda de configuração, passando a ser condicionado pelo poder corporativo (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Constata-se a transição do “Projeto de Desenvolvimento” para o “Projeto da Globalização” (MCMICHAEL, 2000). Isso leva a um contexto de privatização do território (BECKER, 2007; OLIVEIRA, 2005), o qual possui no rentismo agroindustrial uma das suas principais expressões (MOREIRA, 2011).

Assim, sob uma nova expressão, a do agronegócio, a grande propriedade se mantém como um dos principais elementos da estrutura espacial do Brasil contemporâneo (GIRARDI, 2008; OLIVEIRA, 2001; PAULINO, 2014). Esse modelo é de fundamental importância para que o Brasil seja uma das principais peças do quebra-cabeças que tem garantido o processo de mercantilização do alimento em escala global (OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2016; WILKINSON, 2009).

### **Os contra-espacos e o território brasileiro**

O processo hegemônico de organização do território brasileiro que foi brevemente sumarizado no tópico anterior, não tem se desenvolvido sem a ocorrência de contestações. Pelo contrário, na história do país uma série de conflitos por terra e poder tem colocado em xeque esse modelo que possui como um de seus principais alicerces a grande propriedade rural (FERNANDES, 2000; MARTINS, 1995; OLIVEIRA, 2001).

Conforme Moreira (2011), os contra-espacos que emergiram como contestação ao modelo hegemônico de organização do território no Brasil sempre tiveram por pano de fundo a conflitualidade gerada pela concentração fundiária

e de poder. Isso se deu tanto em momentos em que a sociedade brasileira era majoritariamente agrária como no presente, em que 84% da população vive nas cidades (IBGE, 2010).

Num primeiro momento, esses contra-espços foram produzidos numa sociedade de base rural. Emergiram assim, como sujeitos-chave os negros escravizados e indígenas, os quais questionavam um modelo agroexportador característico do período Colonial. São exemplos desse contra-espço a Confederação dos Tamoios (1554-1567), a Confederação dos Tapuios (1651-1715), a Guerra dos Palmares (1610-1694) e as Guerras Guaraníticas (1610-1804).

Num segundo momento, os contra-espços sugeriram num contexto de transição da sociedade rural para a sociedade urbana (passagem do século XIX para o século XX), sendo os camponeses as principais referências. Podem ser citados como exemplos de contra-espço nesse contexto a Cabanagem (1835-1840), Canudos (1893-1897) e Contestado (1912-1916).

Um terceiro modelo de contra-espço veio a ser produzido no século XX, quando a sociedade brasileira se torna majoritariamente urbana em razão de fatores como a industrialização, a criação de leis trabalhistas para os empregados urbanos e as secas do Nordeste. É nesse período que emergem como sujeitos-chave da produção de contra-espços o operariado industrial e a multidão urbana.

No contexto atual, Moreira (2011) chama a atenção para o fato de que os principais contra-espços se dão por meio da resistência de movimentos e comunidades do campo contra o rentismo agroindustrial. Ou seja, a contestação ao arranjo hegemônico do território se dá com base, dentre outros fatores, na proposição de modelos alternativos de organização do sistema agroalimentar nacional. Nesse sentido, no próximo tópico é feita uma discussão sobre a soberania alimentar como parte desse processo.

## **A soberania alimentar e os contra-espços do Brasil atual**

Apesar de já na década de 1980, movimentos camponeses da América Central terem utilizado a soberania alimentar como referência para suas lutas (EDELMAN, 2014), o marco para a compreensão desse contra-espço é a ocorrência da II Conferência Internacional da coalizão de movimentos camponeses La Via Campesina, ocorrida em Tlaxcala, no México, no ano de 1996 (COCA, 2016a, 2016b; DESMARAIS, 2002; WITTMAN, 2011). Naquele momento, a soberania alimentar era apresentada por diversos órgãos internacionais, especialmente a FAO, como uma alternativa à proposição da segurança alimentar (COCA, 2016b; DESMARAIS, 2015). Ocorre que, apesar de a segurança alimentar prever o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para todas as pessoas (ALLEN, 2013; SAGE, 2013; SIMON, 2012), ela não prevê como isso deve ocorrer. Assim, pode-se falar de segurança alimentar num contexto em que as pessoas têm acesso a alimentos que complementem suas necessidades nutricionais, porém, o agronegócio permanece como hegemônico no campo (WITTMAN; DESMARAIS; WIEBE, 2010), ou seja, nessa proposta não existe a previsão de se gerar mudanças estruturais, o status quo não é alterado.

Nesses termos, primeiramente a soberania alimentar foi apresentada como o controle de cada Estado sobre seu processo de alimentação, valorizando a agricultura produzida por camponeses e indígenas (LA VIA CAMPESINA, 1996). Mais adiante, evoluiu-se para o entendimento de que isso deve se dar na escala da comunidade, ou seja, cada povo deve ser determinante em relação aos alimentos que produz e que consome, de modo que seus valores culturais sejam respeitados (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007). Em importante manifestação, oriunda do Fórum por Soberania Alimentar de 2007, ocorrida em Nyéléni, no Mali, os propositores da soberania alimentar entendem que para ela ocorrer são necessários seis pilares: i) a comida deve ser destinada para as pessoas; ii) é preciso construir conhecimentos e habilidades locais; iii) o trabalho agrícola deve ser efetivado com respeito aos recursos naturais; iv) os valores dos provedores de alimentos precisam ser preservados; v) é fundamental o privilégio aos sistemas alimentares locais e; vi) os povos locais devem ter o controle sobre os seus sistemas alimentares (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007). Posteriormente, no ano de 2011, com base na contribuição de comunidades indígenas canadenses, seria acrescentado o sétimo pilar, que é a dimensão sagrada do alimento (TRAUGER, 2017).

Estudo atuais como os de McMichael (2014), De Schutter (2015) e Coca (2016a, 2016b), pontuam que, em escala global, a soberania alimentar tem vivido sua segunda geração. Isso porque, quando ela foi proposta pela La Via Campesina, em meados da década de 1990, ela era referida aos movimentos camponeses de luta pela terra, ou seja, seu foco principal era a mudança nos aspectos produtivos. Nesse momento, ganharam maior destaque as articulações que visavam causar mudanças no sistema agroalimentar de países do Hemisfério Sul. Porém, atualmente, a soberania alimentar também tem sido utilizada como referência para o consumo de alimentos, assumindo uma perspectiva urbana, especialmente em países do Hemisfério Norte (ROMÁN-ALCALÁ, 2015; SCHIAVONI, 2009). Por mais que essa nova tendência não se sobreponha à primeira em importância, ela não deixa de indicar a maior complexidade que está relacionada às disputas pela orientação dos sistemas agroalimentares na atualidade (McMICHAEL, 2014).

Com base nessas referências, propõe-se aqui destacar como a soberania alimentar tem sido um dos componentes dos contra-espços do Brasil contemporâneo. Assim, constata-se que, apesar desse país ter no agronegócio o principal filão da sua economia (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2015), fato que está relacionado ao intenso processo de expansão capitalista da posse da terra (PAULINO, 2014), existem experiências de soberania alimentar que pontuam caminhos alternativos.

Pode-se pontuar como exemplos experiências que têm sido desenvolvidas em assentamentos rurais conquistados por meio da luta pela terra travada pelo MST, onde existe uma evidente estratégia de, através da Agroecologia, ir além dos métodos produtivos trazidos pela “Revolução Verde”, na década de 1970. Na Agroecologia visa-se fomentar as atividades das unidades de produção camponesas por meio de práticas multidisciplinares (ALTIERI, 2009). Contudo, ela não pode ser definida apenas por meio da ciência, pois também se embasa nos conhecimentos tradicionais que são transmitidos por meio de camponeses e indígenas (WOODGATE; GUZMAN, 2015).

Como foi possível constatar durante a pesquisa, no assentamento Eli Vive, no município de Londrina, uma experiência desse tipo tem sido desenvolvida por um grupo de mulheres por meio de uma parceria de inclusão produtiva e mercantil com os departamentos de Geociências e Biologia, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). As camponesas que compõem essa experiência são unânimes em afirmar que a adoção da Agroecologia não é apenas um princípio produtivo, mas também uma postura ideológica, pois a produção de alimentos é pensada como um dos instrumentos que essas produtoras possuem para resistir na terra frente à luta de classes que travam contra o agronegócio. Assim, percebe-se que essa iniciativa, ao mesmo tempo em que visa desenvolver a produção sob bases sustentáveis em territórios de reforma agrária, também mira num dos objetivos da soberania alimentar, que é a igualdade de gênero (CAMPANHA; GODOY, 2017). Isso é importante, pois no campo, as bases patriarcais ainda são um grande obstáculo para a vivência igualitária entre homens e mulheres (DESMARAIS, 2003).

Em Campo do Meio, no sul de Minas Gerais, também se percebe uma experiência agroecológica que de modo evidente se constitui como uma oposição ao modelo produtivo do agronegócio. Nesse município existe um imbróglio de quase 20 anos, em que parte das terras da Usina Ariadnópolis, envolvida em diversos problemas trabalhistas, inclusive situações de escravidão, estão ocupadas por famílias vinculadas ao MST, porém, mesmo essas terras tendo sido decretadas para reforma agrária pelo governo estadual, uma série de contestações judiciais ainda impede que isso ocorra. Mesmo assim, os camponeses e camponesas já instalados na terra por meio da ocupação, possuem na produção agroecológica uma das suas principais estratégias de resistência. A principal referência disso é uma extensão do Projeto Semeando Agroflorestas, que tem sido desenvolvido pelo MST mineiro. Em Campo do Meio, esse projeto se expressa através de um viveiro de mudas e de uma horta de plantas medicinais.

Esses exemplos na escala produtiva elucidam a constituição da soberania alimentar via reforma agrária como contra-espço no Brasil contemporâneo. Nesses casos, a reforma agrária não se expressa apenas por meio da divisão de terras, mas também na disputa pelo modelo de desenvolvimento do campo, o que tem como um dos seus principais componentes, evidentemente, a produção de alimentos. Visa-se, através da Agroecologia, oferecer alimentos que além de serem saudáveis, também possuem um forte viés ideológico.

Ressalta-se que, políticas públicas de acesso ao mercado institucional como o extinto Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e a nova versão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de 2009, mesmo com os recentes cortes de recursos, têm sido de grande importância para o fortalecimento dessas experiências (COCA, 2016c; GRISA et al., 2011; TRICHES, 2015). O motivo é que elas criam novos canais para a comercialização exclusiva dos produtos camponeses, o que é um dos elementos da institucionalização da soberania alimentar no Brasil (WITTMAN, 2015).

De fato, nas pesquisas de campo, foi percebido que um dos principais motivadores da produção sob bases agroecológicas em assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a soberania alimentar, tem sido o mercado institucional. São exemplos: i) o assentamento O8 de Junho, em Laranjeiras do Sul, no sudoeste do Paraná, onde o acesso ao PAA foi um dos responsáveis para uma mudança produtiva nos lotes dos assentados, levando-os a deixar de

produzir soja para grandes cooperativas do agronegócio e se dedicarem à produção diversificada e sob bases agroecológicas e; ii) o assentamento Lagoinha, em Presidente Epitácio, no oeste de São Paulo, onde a possibilidade de comercializar produtos sob bases agroecológicas por meio do mercado institucional, motivou quase 100% dos assentados a deixarem de se dedicar exclusivamente à extração do leite para também produzirem frutas, verduras e legumes.

Além do mercado institucional, outros canais de comercialização também contribuem para que a soberania alimentar se qualifique como parte dos contra-espacos do Brasil atual.

O grupo de mulheres camponesas do assentamento Eli Vive, por exemplo, comercializa semanalmente mais de 40 cestas de produtos com professores, alunos e funcionários da UEL. Para isso, é adotado o mecanismo de Community Supported Agriculture (Agricultura Apoiada pela Comunidade - CSA), em que os consumidores – quase sempre residentes na cidade – se comprometem a adquirir uma quantidade de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos (JAROSZ, 2008). Nesse caso, cria-se uma linha de mercado alternativa, haja vista que os produtores não comercializam seus produtos com atravessadores ou grandes estabelecimentos e ao mesmo tempo, os consumidores têm a possibilidade de aderir ao modelo face to face (de face a face), em que sabem quem é que lhe vende o alimento e também como esse é produzido.

Nos casos do Projeto Semeando Agroflorestas e do assentamento 08 de Junho percebe-se a utilização de feiras de produtos agroecológicos para a comercialização da produção. Essas feiras são instaladas nos centros urbanos, em Alfenas, no caso do Projeto Semeando Agroflorestas e em Laranjeiras do Sul, no caso do assentamento 08 de Junho.

Esses exemplos denotam a criação de canais curtos de produção e comercialização de alimentos. Como um dos objetivos centrais da soberania alimentar é fazer com que os alimentos percorram as menores distâncias o possível para serem comercializados (BURNETT; MURPHY, 2014) – preocupação que não existe no sistema agroalimentar convencional – vê-se nessas experiências elementos que contribuem na construção de contra-espacos no Brasil atual.

Evidentemente, as experiências aqui citadas não alteram estruturalmente as relações de poder no Brasil atual, haja vista que o rentismo agroindustrial permanece como uma das principais expressões na organização do território do país. Contudo, o que se percebe é que elas não se enquadram nos mecanismos hegemônicos que historicamente configuram a relação terra-poder-território, por isso, são lidas como contra-espacos.

## Considerações Finais

As discussões aqui apresentadas trouxeram uma contribuição para se pensar as disputas por poder que estão atreladas à formação espacial brasileira na contemporaneidade. Historicamente no país, a relação terra-poder-território tem na grande propriedade rural um dos seus elementos de maior relevância. Dito de outra forma, as elites brasileiras possuem na posse da terra um dos seus

sustentáculos, razão pela qual o Brasil possui uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. Atualmente, isso aparece sob nova roupagem por meio do fortalecimento da inserção do agronegócio brasileiro na cadeia de alimentação global e da privatização do território, em que os sistemas de engenharia são direcionados ao escoamento da produção agrícola para o exterior.

Tomando o exemplo da soberania alimentar, o texto destacou experiências que fogem dessa dinâmica hegemônica, constituindo contra-espacos. A soberania alimentar é uma proposição de larga amplitude, que vai além da discussão do que se deve comer ou não. Ela envolve outros tipos de contestação como a desigualdade de gênero, a valorização de camponeses e indígenas, a inserção dos jovens, a produção sob bases agroecológicas etc.

Foram utilizados como referências algumas experiências em assentamentos rurais e outras unidades de produção camponesas que estão vinculados ao MST, um dos principais componentes da La Via Campesina. No que se refere ao aspecto produtivo, constatou-se que a opção pela Agroecologia vai além de um viés mercadológico, pois possui também forte conteúdo ideológico. Também destacou-se a inserção de grupos de mulheres, dando ênfase à relação entre a soberania alimentar e questão de gênero. Sobre a comercialização, deu-se ênfase à importância de canais como a conquista de parcelas do mercado institucional, as redes de comércio solidário e as feiras-livres.

Portanto, num contexto em que os principais contra-espacos brasileiros na atualidade emergem de comunidades e movimentos do campo que contestam o rentismo agroindustrial e a privatização do território, foi-se mostrado que a soberania alimentar aparece como um elemento de fundamental importância nesse processo. Evidentemente, ela ainda representa uma experiência alternativa, pois no Brasil, o agronegócio se mantém como hegemônico, porém, seus capilares têm se espacializado pelo campo e pela cidade.

## Referências

AB'SABER, A. N. **O que é ser geógrafo**. Memórias profissionais de Aziz Nacib Ab'Saber em depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALENTEJANO, P. R.; ROCHA-LEÃO, O. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51–68, 2006.

ALLEN, P. Facing food security. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 29, p. 135–138, 2013.

ALTIERI, M. A. Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. **Monthly Review**, New York, p. 102–113, 2009.

ANDRÉE, P. et al. **Globalization and food sovereignty: global and local change in the new politics of food.** Toronto: University of Toronto Press, 2014.

BARBOSA JÚNIOR, R. C.; COCA, E. L. F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015 e 2016. **Eutopia**, Quito, n. 8, p. 13–27, 2015.

BECKER, B. Reflexões sobre a Geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: BECKER, B.; ALVES, D. S.; COSTA, W. M. DA (Eds.). **Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia.** São Paulo: EdUSP, 2007. p. 113–128.

BRENT, Z. W. et al. The “tenure guidelines” as a tool for democratising land and resource control in Latin America. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 6597, n. November, p. 1–19, 2017.

BURNETT, K.; MURPHY, S. What place for international trade in food sovereignty? **Journal of Peasant Studies**, Hague, p. 1–20, 2014.

CAMPANHA, T. G.; GODOY, A. M. S. **Projeto Sacolas Camponesas: a busca de autonomia, tecnificação e inclusão mercantil da mulher camponesa. Uma discussão geográfica.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 2017, Curitiba. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2017, p.1-12.

CAMPOLINA DINIZ, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35–64, 1993.

CAMPOLINA DINIZ, C.; CAMPOLINA, B. A região metropolitana de São Paulo: Reestruturação, re-espacialização e novas funções. **Eure**, Santiago de Chile, v. 33, n. 98, p. 27–43, 2007.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: TA Queiroz, 1981.

CLAEYS, P. **From food sovereignty to peasants’ rights: an overview of claims over the last 20 years.** FOOD SOVEREIGNTY: A CRITICAL DIALOGUE (INTERNATIONAL CONFERENCE), 1, 2013, New Haven. ISS–Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013, p.1-10.

COCA, E. L. F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 19, p. 14–33, 2016a.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016b. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

COCA, E. L. F. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 23, p. 57–81, 2016c.

COMISSÃO PRÓ-INDÍIO DE SÃO PAULO (CPI-SP); MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB); (MST), M. DOS T. R. S. **Mercado institucional: avaliação de programas no Brasil**. São Paulo, 2014.

De SCHUTTER, O. Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives. **Open Democracy**, London, 2015.

DESMARAIS, A. A. Peasants speak - the Vía Campesina: consolidating an international peasant and farm movement. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 29, n. 2, p. 91–124, 2002.

DESMARAIS, A. A. The Via Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty. **Canadian Woman Studies/les cahiers de la femme**, Toronto, v. 23, n. 1, p. 140–145, 2003.

DESMARAIS, A. A. The gift of food sovereignty. **Canadian Food Studies**, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 154–163, 2015.

EDELMAN, M. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 41, n. 6, p. 959–978, 2014.

FAIRBAIRN, M. Framing transformation: The counter-hegemonic potential of food sovereignty in the US context. **Agriculture and Human Values**, Dordrecht, v. 29, n. 2, p. 217–230, 2012.

FELICIANO, C. A. **Territórios em disputa: terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**: Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, 2001.

FERNANDES, B.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Land Governance in Brazil**. Rome: International Land Coalition, 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Insecurity in the World**. Roma, 2015.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaration of Nyélény**. Nyélény, 2007.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (Ed.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2004. p. 77–86.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34–41, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro Instituto, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013**. Rio de Janeiro, 2013.

JAROSZ, L. The city in the country: Growing alternative food networks in Metropolitan areas. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 24, n. 3, p. 231–244, 2008.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala**: Declaração da Via Campesina. Tlaxcala, 1996.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

MARSHALL, D.; PERKINS, J. H. **Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes, and the Cold War**. New York: Oxford University Press, 1997.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, 2014.

MARTINS, J. D. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

McMICHAEL, P. **Development and social change : a global perspective**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

McMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2014.

McMICHAEL, P. The Land Question in the Food Sovereignty Project. **Globalizations**, v. 12, n. 4, p. 434–451, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, 2013.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREREIRA, R. Do espaço local ao espaço de relações: perfil e trajetória das formações espaciais modernas. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 18, n. 8, p. 5–10, 2014.

OLIVEIRA, G. L. T.; SCHNEIDER, M. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 43, n. 1, p. 167–194, 2016.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro : **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185–206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. BR 163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Ed.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR 163**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2005. p. 67–184.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

OXFAM. **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina**. Boston, 2016.

PAULINO, E. T. Agricultural, environmental and socio-political repercussions of Brazil's land governance system. **Land Use Policy**, v. 36, p. 134–144, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013**. Brasília, 2013.

ROBLES, W. The landless rural workers movement (MST) in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 28, n. 2, p. 146–161, 2001.

ROMAN-ALCALÁ, A. Broadening the Land Question in Food Sovereignty to Northern Settings: A Case Study of Occupy the Farm. **Globalizations**, v. 12, n. 4, p. 545–558, 2015.

ROMÁN-ALCALÁ, A. Concerning the Unbearable Whiteness of Urban Farming. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, n. 1–4, 2015.

ROSSET, P. Fixing our global food system: food sovereignty and redistributive land reform. **Monthly Review**, New York, v. 61, n. 3, p. 114–128, 2009.

SADER, E. **10 Anos De Governos Pós-Neoliberais No Brasil**: Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

SAGE, C. The interconnected challenges for food security from a food regimes perspective: Energy, climate and malconsumption. **Journal of Rural Studies**, Aberystwyth, v. 29, n. June 2008, p. 71–80, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: território e sociedade no século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SCHANBACHER, W. **Conceptualizing the human right to food in the food sovereignty framework**. FOOD SOVEREIGNTY: A CRITICAL DIALOGUE (INTERNATIONAL CONFERENCE), 1, 2013, New Haven. ISS- Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013, p.1-21.

SCHIAVONI, C. The global struggle for food sovereignty: from Nyéléni to New York. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 3, p. 682–689, 2009.

SIMON, G.-A. **Food security**: definition, four dimensions, history. Roma: FAO, 2012.

SNIPSTAL, B. Repeasantization , agroecology , and the tactics of food sovereignty. **Canadian Food Studies**, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 164–173, 2015.

SONNINO, R. Escaping the Local Trap : Insights on Re- localization from School Food Reform Escaping the Local Trap : Insights on Re-localization from. **Journal of Environmental Policy & Planning**, Wageningen, v. 12, n. July 2011, p. 37–41, 2010.

TRAUGER, A. Community based rights to food sovereignty: the case of the local and community self-governance ordinances in Maine, USA. In: DESMARAIS, A. A.; CLAEYS, P.; TRAUGER, A. (Eds.). **Public policies for food sovereignty**: social movements and the State. New York: Routledge, 2017. p. 53–70.

TRICHES, R. M. Promoção do consumo alimentar sustentável do contexto da alimentação escolar. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 757–771, 2015.

TURRA NETO, N. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 8, 2012, Belo Horizonte. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2012. p.1-9.

WILKINSON, J. The Globalization of Agribusiness and Developing World Food Systems. **Global Agribusiness**, p. 38–51, 2009.

WITTMAN, H. Food Sovereignty: A New Rights Framework for Food and Nature? **Environment and Society: Advances in Research**, v. 2, n. 1, p. 87–105, 2011.

WITTMAN, H. From protest to policy : The challenges of institutionalizing food sovereignty. **Canadian Food Studies**, v. 2, n. 2, p. 174–182, 2015.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A.; WIEBE, N. The origins and potential of food sovereignty. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A.; WIEBE, N. (Eds.). **Food sovereignty: Reconnecting food, nature and community**. Halifax: Fernwood Publishing, 2010. p. 1–14.

WOODGATE, G.; GUZMAN, E. S. Transformative agroecology: Foundation in Agricultural Practice, Agrarian Social Thought, and Sociological Theory. In: MÉNDEZ, V. E. et al. (Eds.). **Agroecology: A Transdisciplinary, Participatory and Action-oriented Approach**. Boca Raton: CRC Press, 2015.